

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	22
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	27
2.10 Planos de negócios	28
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	30
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	31
5.2 Descrição dos controles internos	35
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	45
5.5 Outras informações relevantes	46

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam, nesta Seção 2 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios, conforme verifica-se na tabela abaixo:

R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	4.973,0	4.550,7
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	772,5	404,0
Dívida Líquida (c)	4.200,5	4.146,7
Patrimônio Líquido (d)	3.099,2	2.659,1
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<b>1,55</b>	<b>1,68</b>

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

(b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto.

(c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2022	31/12/2021
<b>A) Curto Prazo</b>	<b>1.256,3</b>	<b>1.128,9</b>
Encargos de dívida	26,8	54,1
Empréstimos e financiamentos	771,8	883,4
Debêntures	457,7	191,4
<b>B) Longo Prazo</b>	<b>3.716,7</b>	<b>3.421,9</b>
Empréstimos e financiamentos	2.137,6	1.703,4
Debêntures	1.579,1	1.718,5
<b>= Total de empréstimos, financiam. e debêntures</b>	<b>4.973,0</b>	<b>4.550,8</b>

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total)	73,8%	74,5%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	23,1%	30,8%
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,11	1,24
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoque)/Passivo Circulante)	1,10	1,23

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (b) estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

A seguir, apresenta-se a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Líquida (a)	4.200,5	4.146,7
Patrimônio Líquido	3.099,2	2.877,3
Dívida líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	57,5%	59,0%

(a) Total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, circulante e não circulante, deduzido do caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante.

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais, o que explica a evolução da estrutura de capital da Companhia, que agora detém maior participação de capital próprio. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações.

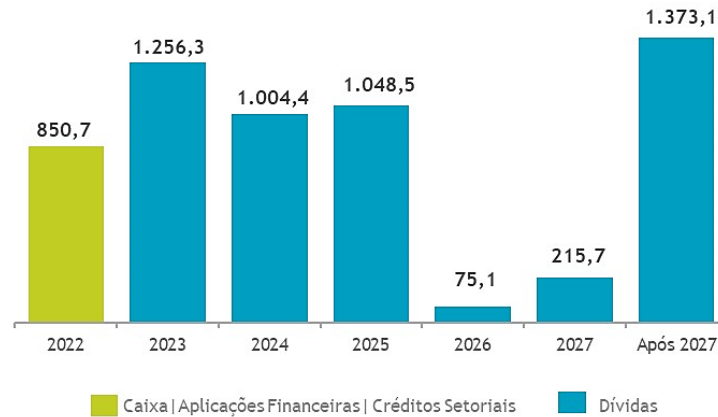
### (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 850,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, frente aos R\$ 1.040,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2021. Ressalta-se que o referido saldo inclui os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante positivo de R\$ 78,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, contra R\$ 636,4 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 4.150,4 milhões, contra R\$ 3.313,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado ficou em 1,8 vezes em 31 de dezembro de 2022, contra 1,6 em 31 de dezembro de 2021. Os limites dos *covenants* para o ano de 2022 estão em 4,25 vezes.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Ao final de dezembro de 2022, o prazo médio da dívida bruta ficou em 3,5 anos e o custo médio da dívida bruta encerrou o período em 14,45% (105,86% do CDI).

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), notas promissórias e emissões no mercado externo. Para mais informações, vide o item (f) deste item 2.1.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia esclarece que busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, debêntures, notas comerciais, cédulas de créditos bancários e *bonds* no mercado externo. Alternativamente, também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da Diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do Conselho de Administração;
- Prazo médio mínimo perseguido ("*duration*");
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um *duration* adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Privilegiar operações sem garantias ("*clean*"), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- Adequação da estrutura de capital das unidades de negócio, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória;
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa;e
- A Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("PGRM" ou "Política") do Grupo Energisa que passa por atualização periodicamente e se encontra em sua 12ª versão, aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2022.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 850,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Ressalta-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante positivo de R\$ 78,2 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Os quadros a seguir demonstram as dívidas consolidadas circulante e não circulante da Companhia e as disponibilidades financeiras (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante) no último exercício:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures Valores em R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>	<b>1.438,6</b>	<b>1.088,3</b>
Empréstimos e financiamentos	771,8	883,4
Debêntures	457,7	191,4
Encargos de dívida	26,8	54,1
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	13,6	12,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	168,7	(53,4)
<b>Não Circulante</b>	<b>3.562,4</b>	<b>3.265,7</b>
Empréstimos e financiamentos	2.137,6	1.703,4
Debêntures	1.579,1	1.718,5
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	92,1	94,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(264,4)	(250,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>5.001,0</b>	<b>4.354,0</b>
(-) Disponibilidades financeiras	772,5	404,0
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>4.228,5</b>	<b>3.950,0</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	91,6	147,4
(-) Créditos CCC	84,0	44,1
(-) Créditos CVA	(97,4)	444,9
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>4.150,4</b>	<b>3.313,5</b>
<b>Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses</b>	<b>1,8</b>	<b>1,6</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que o custo médio da dívida e *duration* da Companhia se encontra em níveis adequados ao longo dos anos.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
<b>Mensuradas ao custo Moeda nacional</b>								
Pós Fixado INPC	8.968	8.751	(4.493)	(593)	1.334	-	13.967	8.751
IPCA	333.863	-	(20.736)	(16.088)	36.419	-	333.458	-
CDI	958.579	-	(462.988)	(112.363)	72.542	-	455.770	-
TR	353.756	-	-	(29.008)	29.445	-	354.193	-
Gastos com captação	(1.417)	-	-	-	326	-	(1.091)	-
<b>Total do custo</b>	<b>1.653.749</b>	<b>8.751</b>	<b>(488.217)</b>	<b>(158.052)</b>	<b>140.066</b>	<b>-</b>	<b>1.156.297</b>	<b>8.751</b>
<b>Mensuradas ao valor justo Moeda estrangeira</b>								
Dólar	918.584	1.108.243	(331.920)	(26.101)	(11.125)	-	1.657.681	1.108.243
Euro	67.509	150.000	(58.653)	(2.205)	(17.793)	-	138.858	150.000
Gastos com captação	(109)	-	-	-	109	-	-	-
Marcação a mercado	1.071	1.071	-	-	-	-	(17.699)	(16.628)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>987.055</b>	<b>1.258.243</b>	<b>(390.573)</b>	<b>(28.306)</b>	<b>(28.809)</b>	<b>(17.699)</b>	<b>1.779.911</b>	<b>1.258.243</b>
<b>Total</b>	<b>2.640.804</b>	<b>1.266.994</b>	<b>(878.790)</b>	<b>(186.358)</b>	<b>111.257</b>	<b>(17.699)</b>	<b>2.936.208</b>	<b>1.266.994</b>
Circulante	937.410							798.604
Não Circulante	1.703.394							2.137.604

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) <sup>(1)</sup>	Garantias <sup>(2)</sup>
	2022	2021					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	354.193	353.756	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	389.032	443.566	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória 2ª Emissão	-	320.270	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	a
Santander FRN 4133870	66.738	194.743	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	13,34%	A

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	133.595	145.584	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	199.863	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
EMT X ENERGISAPREV - Migração 2020	12.260	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de jan/21	11,40%	A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2017	62	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de jan/21	11,39%	A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2015 A 2019	185	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2020	1.381	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2020 <sup>(5)</sup>	79	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de abr/22	10,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.091)	(1.417)					
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>1.156.297</b>	<b>1.653.749</b>					
Resolução 4131- Bank of America ML	138.858	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	(10,41%)	A
Citibank Loan - 4131	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	(2,40%)	A
Citibank EDC Loan - 4131	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	(2,30%)	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 11062021	122.334	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	(5,29%)	A
J P MORGAN Loan	308.579	-	USD + 3.04% a.a.	mar/25	Final	(3,46%)	A
Merryl Lynch Loan	-	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	(11,20%)	A
Scotiabank Loan	-	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	(4,30%)	A
Citibank Loan 56416	61.001	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	(3,50%)	A
Citibank Loan 60976	109.092	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	(3,60%)	A
Merryl Lynch Loan 1206202	240.352	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	(4,80%)	A
Merryl Lynch Loan 12062020	105.020	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	(2,92%)	A
Scotiabank Loan 13102022	259.843	-	USD + 5,25% a.a.	out/25	Final	(1,25%)	A
JP Morgan 10112022	157.843	-	USD + 6,41% a.a.	nov/23	Final	(0,09%)	A
Merryl Lynch Loan 01122022	201.068	-	USD + 5,67% a.a.	dez/24	Final	(0,83%)	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(109)					

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Marcação à Mercado de Dívida	(16.628)	1.071					
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>1.779.911</b>	<b>987.055</b>					
<b>Total</b>	<b>2.936.208</b>	<b>2.640.804</b>					

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

(2) A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis.

(3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, listados a seguir:

### Condições restritivas financeiras (Covenants):

Os contratos possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Companhia, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante.  Para os financiamentos do BNDES, e Scotiabank com vencimento em 06/2024 o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32) Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "*hedge*" de valor justo ou pela designação como "*Fair Value Option*" (vide nota explicativa nº 32 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34 – Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.

### Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$ 41.847 (R\$ 56.729 em 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$	(6,50%)	7,39%
Euro	(11,89%)	(0,89%)
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TR	1,63%	0,05%
INPC	5,93%	10,16%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	2022
2024	504.274
2025	764.835
2026	77.560
2027	77.595
Após 2027	713.340
<b>Total</b>	<b>2.137.604</b>

### Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Consolidado								
	Saldos em 2021	Captação	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo – pós fixados								
CDI	721.783	-	(42.945)	(84.548)	95.478	-	-	689.768
IPCA	1.200.783	260.000	(122.496)	(71.565)	141.735	-	-	1.408.457
Gastos com captação	(22.281)	(22.281)	-	-	-	5.196	(7.047)	-
Marcação a mercado	9.614	-	-	-	-	-	(46.877)	(37.263)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.909.899</b>	<b>260.000</b>	<b>(165.441)</b>	<b>(156.113)</b>	<b>242.409</b>	<b>(7.047)</b>	<b>(46.877)</b>	<b>2.036.830</b>
Circulante	191.410							457.714
Não Circulante	1.718.489							1.579.116

A composição do saldo das debêntures e as principais condições contratuais estão demonstradas a seguir:

Operações	Total		Emissão	Nº de títulos emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
	2022	2021							
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	101.015	95.704	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA + 5,60% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.625	2.487	15/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA + 4,7110% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.890	4.632	15/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA + 5,1074% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 9ª Emissão	495.207	469.059	15/09/2018	385.000 / 385.000	IPCA + 5,0797% a.a.	set/25	Anual após set/23	10,86%	A

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.386	118.164	10/06/2019	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun/24	Final	10,86%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.751	32.689	10/06/2019	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun/29	Anual após jun/27	13,44%	A
Debêntures 12ª Emissão	401.719	393.503	25/08/2020	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a.	ago/25	Anual após ago/23	14,69%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.247	68.431	15/10/2020	60.100 / 60.100	IPCA + 4,2297% a.a.	out/27	Final	10,01%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.069	79.628	15/10/2020	69.900 / 69.900	IPCA + 4,4744% a.a.	out/30	Anual após out/28	10,25%	A
Debêntures 14ª Emissão	381.905	360.906	15/10/2021	350.000 / 350.000	IPCA + 6,0872% a.a.	out/31	Anual após out/29	11,87%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.533	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6,16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94%	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.966	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6,28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06%	A
Custos incorridos na captação	(24.132)	(22.281)							
Marcação à Mercado de Dívida	(37.263)	9.614							
<b>Total</b>	<b>2.036.830</b>	<b>1.909.899</b>							

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida Líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante Para 12ª e 13ª emissão o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

### Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Consolidado
2024	500.112
2025	283.634
2026	138.100
Após 2026	657.270
<b>Total</b>	<b>1.579.116</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

### (g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, não existia valor contratado ainda não liberado para a Companhia.

### (h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

#### **ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022**

(em R\$ [mil], exceto %)	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%	AH% 2022x2021
Receita operacional líquida	7.131.856	100,0	7.183.741	100,0	(0,7)
Custo do serviço de energia elétrica	(3.183.967)	(44,6)	(4.052.325)	(56,4)	(21,4)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.705.489)	(23,9)	(1.236.759)	(17,2)	37,9
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.242.400</b>	31,4	<b>1.894.657</b>	26,4	18,4
Despesas gerais e administrativas	(319.396)	(4,5)	(218.743)	(3,0)	46,0
Outras receitas	14.930	0,2	34.930	0,5	(57,3)
Outras despesas	(59.462)	(0,8)	(168.244)	(2,3)	(64,7)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>1.878.472</b>	26,3	<b>1.542.600</b>	21,5	21,8
Receitas financeiras	344.594	4,8	485.603	6,8	(29,0)
Despesas financeiras	(822.089)	(11,5)	(788.761)	(11,0)	4,2
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(477.495)</b>	(6,7)	<b>(303.158)</b>	(4,2)	57,5
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.400.977</b>	19,6	<b>1.239.442</b>	17,3	13,0
Imposto de renda e contribuição social corrente	(196.607)	(2,8)	(96.633)	(1,3)	103,5
Imposto de renda e contribuição social diferido	(13.666)	(0,2)	(127.264)	(1,8)	(89,3)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.190.704</b>	16,7	<b>1.015.545</b>	14,1	17,2

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Receita operacional líquida***

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 7.131,9 milhões ou 100%, comparativamente a R\$ 7.183,7 milhões ou 100,0% em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 0,7% menor. A Diretoria da Companhia entende que essa redução deve-se, principalmente, a tarifa em 2021 impactada pela bandeira de escassez hídrica, portanto, mais alta do que a tarifa do mesmo período em 2022, além de um crescimento de mercado mais baixo em 2022 em função do impacto da geração distribuída no mercado cativo da distribuidora.

### ***Custo do serviço de energia elétrica***

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.184,0 milhões em 2022, contra R\$ 4.052,3 milhões em 2021, o que representou uma variação de 21,4% menor. A Diretoria da Companhia entende que essa redução deve-se, principalmente, aos custos com energia elétrica comprada para revenda.

### ***Custo de operações e dos serviços prestados a terceiros***

Os custos com operação e serviços prestados a terceiros aumentou 37,9%, passando de R\$ 1.236,8 milhões em 2021 para R\$ 1.705,5 milhões em 2022. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, a implantação de serviços voltados para a melhoria de qualidade da Cia.

### ***Lucro bruto***

O resultado bruto consolidado em 2022 mostrou aumento de 18,4%, atingindo R\$ 2.242,4 milhões, contra R\$ 1.894,6 milhões em 2021 (reapresentado). A Diretoria da Companhia entende que essa redução deve-se, principalmente, à maior receita em relação aos custos operacionais.

### ***Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)***

O resultado financeiro em 2022 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 477,5 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 303,2 milhões em 2021, o que representou uma variação de 57,5%. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, ao nível de endividamento assumido pela Cia.

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 319,4 milhões ou 4,5%, comparativamente a R\$ 218,7 milhões ou 3,0% em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de 46,0 % maior. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, aos de serviços e materiais para atendimento aos níveis de qualidade buscado pela Companhia.

### ***Despesas financeiras líquidas***

As despesas financeiras líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 477,5 milhões ou 6,7%, comparativamente a R\$ 303,1 milhões ou 4,2% em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de 57,5%. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, ao nível de endividamento assumido pela Cia.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.400,9 milhões ou 19,6%, comparativamente a R\$ 1.239,4 milhões ou 17,3% em 31 de dezembro de 2021.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 210,3 milhões ou 3,0%, comparativamente a R\$ 245,6 milhões ou 3,3% em 31 de dezembro de 2021.

### ***Lucro líquido do exercício***

O lucro líquido atingiu R\$ 1.190,7 milhões em 2022, contra R\$ 1.015,5 milhões registrados no ano anterior, o que representou uma variação 17,2%. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores já mencionados.

### **ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022**

(em R\$ [mil], exceto %)	31/12/2022	AV%	31/12/2021 (reapresentado)	AV%	AH% 2022X2021
<b>Atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício	1.190.704	58	1.015.545	296	17
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	210.273	10	223.897	65	(6)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	372.340	18	471.755	138	(21)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(240.785)	(12)	(353.014)	(103)	(32)
Amortização e depreciação	242.077	12	232.390	68	4
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	153.513	7	77.097	22	99
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	29.300	1	22.898	7	28
Marcação a mercado de dívidas	(64.576)	(3)	(75.330)	(22)	(14)
Marcação a mercado de derivativos	69.041	3	87.141	25	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	223.395	11	(128.801)	(38)	(273)
Ganho na alienação de bens do imobilizado e do intangível	41.776	2	63.491	19	(34)
Programa de remuneração variável (ILP)	1.386	-	1.771	1	(22)
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>					
	-	-	-	-	-
(Aumento) de consumidores e concessionárias	(332.497)	(16)	(360.085)	(105)	(8)
(aumento) diminuição de títulos de créditos a receber	(346)	-	8.152	2	(104)
(Aumento) de estoques	(969)	-	(1.416)	-	(32)
(Aumento) de tributos a recuperar	(17.523)	(1)	(40.089)	(12)	(56)
(Aumento) de ativos financeiros setoriais	(247.250)	(12)	(1.006.308)	(294)	(75)
Recursos da conta de comercialização de Itaipu	15.882	1	292.298	85	(95)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	(2.572)	-	(5.829)	(2)	(56)
Valor recebido pelos títulos cedidos ao FDIC	-	-	96.082	28	(100)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Aumento) de outros créditos	(91.853)	(4)	(18.852)	(6)	387
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>		-		-	
(Diminuição) aumento de fornecedores	(194.257)	(9)	91.852	27	(311)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas	(1.456)	-	1.749	1	(183)
Aumento de impostos e contribuições sociais	350.103	17	97.812	29	258
Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	-	-	(332.649)	(97)	(100)
(Diminuição) Imposto de renda e contribuição social pagos	(184.650)	(9)	(124.050)	(36)	49
Aumento de passivos financeiros setoriais	580.904	28	21.039	6	2.661
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	(43.169)	(2)	(43.172)	(13)	-
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	(10.736)	(1)	27.322	8	(139)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>2.048.055</b>	<b>100</b>	<b>342.696</b>	<b>100</b>	<b>498</b>
<b>Atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	(221.326)	22	1.247.144	163	(118)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	(797.983)	80	(535.889)	(70)	49
Alienação de bens do imobilizado e intangível	22.455	(2)	54.667	7	(59)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(996.854)</b>	<b>100</b>	<b>765.922</b>	<b>100</b>	<b>(230)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
Novos empréstimos e financiamentos	1.519.947	(156)	1.124.105	(81)	35
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(1.044.231)	107	(1.212.508)	88	(14)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(342.471)	35	(199.302)	14	72
Pagamento pela incorporação de redes	(246.034)	25	(76.747)	6	221
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(83.391)	9	104.314	(8)	(180)
Pagamentos de dividendos	(774.627)	80	(1.119.108)	81	(31)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(2.768)	-	(3.072)	-	(10)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(973.575)</b>	<b>100</b>	<b>(1.382.318)</b>	<b>100</b>	<b>(30)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>77.626</b>		<b>(273.700)</b>		<b>(128)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	77.274		350.974		(78)
Caixa mais equivalentes de caixa finais	154.900		77.274		100
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>77.626</b>		<b>(273.700)</b>		<b>(128)</b>

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 2.048,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 342,7 milhões, o que representou uma variação de 498%. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, aumento de passivos financeiros setoriais.

### Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 996,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 765,9 milhões gerados em 31 de dezembro de 2021.

### ***Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 973,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente a R\$ 1.382,3 milhões em 31 de dezembro de 2021.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (a) resultados das operações da Companhia, em especial:

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (9.860,0 GWh) da Companhia apresentou alta de 2,5%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora cresceu na maioria dos meses do ano (7 dos 12) e nas principais classes de consumo, em especial na industrial e residencial. A classe Industrial (+5,0%) direcionou 34% do incremento, com destaque sobretudo para o setor alimentício, minerais-metálicos e não-metálicos. Já a Residencial registrou crescimento de 2,6%, com alta sobretudo em maio, julho e agosto devido a base baixa e temperaturas elevadas. Contudo, o resultado foi limitado pelo aumento de utilização de geração distribuída e pelo clima atipicamente mais frio e chuvoso em setembro, outubro e novembro, meses de maior demanda. A classe Comercial cresceu 2,7%, influenciada pela retomada de atividades e maior consumo em armazéns e distribuidores de alimentos. No Poder Público (+19,6%), a alta foi recorde em 20 anos, em meio a retomada de atividades escolares e de atividades presenciais nos órgãos públicos. Por outro lado, a classe Rural recuou 3,7%, impactada principalmente pelo efeito de reclassificação em atendimento a Resolução 901 da ANEEL e pela inserção da geração distribuída.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Valores em GWh			
Residencial	3.378,4	3.293,5	2,6
Industrial	2.255,6	2.147,2	5,0
Comercial	1.792,3	1.744,9	2,7
Rural	1.388,4	1.441,4	(3,7)
Outros	1.045,4	989,8	5,6
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>7.573,5</b>	<b>7.527,0</b>	<b>0,6</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	2.286,5	2.089,7	9,4
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>9.860,0</b>	<b>9.616,6</b>	<b>2,5</b>
4 Fornecimento não faturado	28,0	(18,7)	-
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>9.888,0</b>	<b>9.598,0</b>	<b>3,0</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Diretoria da Companhia entende que os resultados operacionais da Companhia são significativamente afetados por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica já que a maior parte das suas receitas são provenientes das vendas de energia no mercado cativo, sujeitos a estas tarifas. Como resultado, as receitas operacionais da Companhia e suas margens dependem, substancialmente, do processo de fixação de tarifas pela ANEEL e reajustes anuais relacionados.

Em 2022, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 10.184,9 milhões. A receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, apresentou R\$ 6.181,2 milhões.

A seguir, são apresentadas as receitas operacionais líquidas por segmento:



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Descrição (R\$ milhões)	Exercício
	31/12/2022
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>7.030,4</b>
Residencial	3.273,0
Industrial	555,1
Comercial	1.330,3
Rural	1.104,7
Outras classes	767,3
(+) Suprimento de energia elétrica *	132,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	92,6
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	910,5
(+) Receitas de construção	950,7
(+) Constituição e amortização – CVA **	388,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	446,0
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	240,8
(+) Outras receitas	(6,5)
<b>Receita Bruta</b>	<b>10.184,9</b>
(-) Impostos sobre vendas	2.073,4
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-
(-) Encargos setoriais	979,6
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>7.131,9</b>
(-) Receitas de construção	950,7
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>6.181,2</b>

\* Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) + Receita de suprimento de energia a outras concessionárias

\*\* Saldo da conta de CVA – formação de ativos e passivos de CVA

Foram determinantes para esse desempenho:

(i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a tarifa cobrada em 2021 estava adicionada das bandeiras tarifárias de escassez hídrica, portanto mais alta do que a tarifa em 2022, além de um crescimento de mercado mais baixo em função do impacto da geração distribuída no mercado cativo da distribuidora;

(ii) Redução de R\$ 18,9 milhões no suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média era de R\$ 134,63/MWh para o 4T21.

(iii) A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R\$ 58,9 milhões no 4T22 e R\$ 97,9 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 139,5 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 4.302,7 milhões, resultado 15,4% inferior ao mesmo período do ano anterior (R\$ 5.084,1 milhões).

A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Descrição (R\$ milhões)	Exercício		
	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
<b>1. Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>3.184,0</b>	<b>4.052,3</b>	<b>(21,4)</b>
1.1. Energia comprada	2.665,5	3.590,8	(25,8)
1.2. Transporte de potência elétrica	518,5	461,5	12,3
<b>2. Custo e Despesas controláveis</b>	<b>832,1</b>	<b>666,0</b>	<b>24,9</b>
<b>2.1. PMSO</b>	<b>650,2</b>	<b>609,2</b>	<b>6,7</b>
2.1.1. Pessoal	217,4	215,1	1,1
2.1.2. Fundo de pensão	10,6	17,0	(37,9)
2.1.3. Material	59,9	52,0	15,3
2.1.4. Serviços de terceiros	306,7	254,6	20,5
2.1.5. Outras	55,5	70,5	(21,2)
✓ Multas e compensações	14,8	13,5	9,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	40,8	-
✓ Outros	40,7	16,1	152,4
<b>2.2. Provisões/Reversões</b>	<b>182,0</b>	<b>56,8</b>	<b>220,2</b>
2.2.1. Contingências	28,5	(20,3)	-
2.2.2. Devedores duvidosos	153,5	77,1	99,1
<b>3. Demais receitas/despesas</b>	<b>286,6</b>	<b>365,7</b>	<b>(21,6)</b>
3.1. Depreciação e amortização	242,1	232,4	4,2
3.2. Outras receitas/despesas	44,5	133,3	(66,6)
<b>Total (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>4.302,7</b>	<b>5.084,1</b>	<b>(15,4)</b>
Custo de construção	950,7	557,1	70,6
<b>Total (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>5.253,4</b>	<b>5.641,1</b>	<b>(6,9)</b>

(\*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Os custos e despesas não controláveis apresentaram redução de 21,4% no ano, atingindo R\$ 3.184,0 milhões.

Por sua vez, a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Em 2022, o lucro líquido foi de R\$ 1.190,7 milhões, aumento de 17,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Var. %	Var. R\$
Valores em R\$ milhões				
<b>(=) Lucro líquido do período</b>	<b>1.190,7</b>	<b>1.015,5</b>	<b>17,2</b>	<b>175,2</b>
(-) VNR	204,1	299,2	(31,8)	(95,1)
<b>(=) Lucro líquido ajustado</b>	<b>986,6</b>	<b>716,4</b>	<b>37,7</b>	<b>270,3</b>
Efeitos não recorrentes	-	61,9	-	(61,9)

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

(+) Receita não-faturada <sup>(1)</sup>	-	-	-	-
(-) FIDC	-	61,9	-	(61,9)
<b>(=) Lucro líquido ajustado recorrente</b>	<b>986,6</b>	<b>654,5</b>	<b>50,8</b>	<b>332,2</b>

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 117,8 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o lucro líquido ajustado recorrente no acumulado de 2022, seria de R\$ 986,6 milhões, 50,8% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 448,5 milhões no trimestre, aumento de 48,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o crescimento foi de 19,5% em relação a 2021, totalizando R\$ 2.120,5 milhões.

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021	Var. %	Var. R\$
<b>(=) EBITDA</b>	<b>2.120,5</b>	<b>1.775,0</b>	<b>19,5</b>	<b>345,6</b>
(-) VNR	240,8	353,0	(31,8)	(112,2)
<b>(=) EBITDA ajustado</b>	<b>1.879,8</b>	<b>1.422,0</b>	<b>32,2</b>	<b>457,8</b>
Efeitos não recorrentes	-	93,8	-	(93,8)
(+) Receita não-faturada <sup>(1)</sup>	-	-	-	-
(-) FIDC	-	93,8	-	(93,8)
<b>(=) EBITDA ajustado recorrente</b>	<b>1.879,8</b>	<b>1.328,2</b>	<b>41,5</b>	<b>551,6</b>

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 139,5 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o EBITDA ajustado recorrente no acumulado de 2022, seria de R\$ 1.879,8 milhões, 41,5% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

### (b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL, refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Companhia, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em reunião pública ordinária da diretoria, ocorrida em 04 de abril de 2023, a ANEEL aprovou a Revisão tarifária da Companhia, a ser válido a partir de 08 de abril de 2023.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Os índices de revisão aprovados constam da tabela abaixo:

Níveis de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	9,45%
Alta e Média Tensão	7,29%
Total	8,81%

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que consiste na análise e reavaliação dos valores das tarifas repassadas aos consumidores, a Aneel recalcula: (i) os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B), (ii) os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada, o transporte da energia e os encargos setoriais, e (iii) os ajustes financeiros da Parcela A que são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

A variação nos custos da Parcela A foi de 4,4% (R\$ 246 milhões), totalizando R\$ 4.292 milhões, impactada principalmente pelos aumentos nos encargos e custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia ("PMix") foi definido em R\$ 270,63 /MWh.

A Parcela B, neste processo de revisão, totalizou R\$ 2.713 milhões.

A tabela a seguir detalha cada componente da revisão tarifária:

Efeito Médio a ser percebido: (8,81%)	Repasse Variação das Parcelas A e B: (2,53%)	Parcela B	(0,1%)
		Compra de Energia	0,4%
		Encargos Setoriais	1,4%
		Custos de Transmissão	0,8%
	Variação nas Contas de Natureza Financeira: (6,27%)	Retirada dos itens financeiros do processo anterior	5,06%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela A)	1,06%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela B)	0,15%

### (c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Eventuais variações no IPCA afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional da Companhia. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o seu resultado financeiro.

CDI e TJLP: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento.

Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pelas distribuidoras estão indexados a índices de preços e são reajustados anualmente. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não foram incluídas opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor referente ao último exercício social.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

### (c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

## 2.5 Medições não contábeis

### (a) informar o valor das medições não contábeis

Descrição	Exercício findo em
	31/12/2022
EBITDA (Em R\$ milhões) <sup>(a)</sup>	2.120,5
EBITDA ajustado covenants (Em R\$ milhões)	2.244,8
Margem EBITDA (%)	29,7
Margem EBITDA Ajustado (%)	31,5

<sup>(a)</sup> Sem venda de ativos.

### (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Descrição / Valores em R\$ milhões	Exercício findo em
	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.190,7</b>
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	210,3
(-) Resultado financeiro	477,5
(-) Amortização e depreciação	242,1
(-) Resultado de operações descontinuadas	-
<b>EBITDA</b>	<b>2.120,5</b>
(+) Receitas de acréscimos moratórios <sup>(1)</sup>	124,3
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.244,8</b>
Margem EBITDA, sem venda de ativos (%) <sup>(2)</sup>	29,7
Margem EBITDA Ajustado (%)	31,5
Margem Líquida (%) <sup>(3)</sup>	16,7

(1) Receitas de acréscimos moratórios referem-se a penalidades e juros pagos pelo consumidor pelo atraso no pagamento da conta de energia.

(2) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida.

(3) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida.

### (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Já o EBITDA Ajustado é uma métrica mais adequada para o serviço de energia elétrica do país, pois este inclui as receitas dos encargos moratórios cobrados dos consumidores, fato corriqueiro entre os consumidores residenciais. Em adição, faz-se a exclusão dos efeitos do resultado de operações descontinuadas de forma a se analisar o EBITDA Ajustado como métrica para a geração de caixa das atividades recorrentes da Companhia.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são métricas de rentabilidade operacional apresentadas como uma porcentagem da receita líquida de suas vendas. Ela é calculada através da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado, conforme o caso, pela receita líquida de uma companhia. Podemos dizer que o resultado de margem desse indicador pode fornecer uma visão acerca da lucratividade operacional do seu negócio. O cálculo dessa margem permite ao mercado comparar e

## 2.5 Medições não contábeis

contrastar empresas de diferentes tamanhos e modos de operar dentro de uma mesma indústria. Esse indicador implica estimar o quanto resultado operacional é gerado por cada real de receita arrecadado com as vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos do lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.



## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Ocorreram os seguintes eventos após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 15 de março de 2023:

### (i) **Bandeira tarifária**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

### (ii) **Retirada de patrocínio de planos de previdências**

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio do plano de benefício Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

### (iii) **Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

### (iv) **Empréstimos Contratados**

Em 30 de janeiro 2023 a Companhia, captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$300.000,00, correspondente a USD58.823,00, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026. Foi contratado *swap* a taxa de CDI + 1,50% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 09 de março 2023 a Companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$230.000,00, correspondente a USD 44.264,00, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado *swap* a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

### (v) **Dividendos do exercício de 2022**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$366.689,00, equivalentes a R\$1,67481657650797 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 29 de março de 2023, com base na posição acionária do dia 20 de março de 2023, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

## 2.7 Destinação de resultados

	2022
<b>Regras sobre retenção de lucros</b>	Após a constituição da reserva legal, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, os lucros excedentes aos dividendos pagos, conforme regra de distribuição descrita abaixo, são retidos com base em orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, para, principalmente, reinvestimento e quitação de financiamentos.
<b>Valores das retenções de lucros</b>	Não houve retenção de lucros no exercício.
<b>Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável.
<b>Regras sobre distribuição de dividendos</b>	A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, as ações preferenciais da Companhia farão jus ao recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Os dividendos são pagos entre a data da publicação das demonstrações financeiras e em até 60 dias após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
<b>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
<b>Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia está sujeita à Política de Destinação de Resultados da ESA, a qual engloba todo o Grupo Energisa e foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da ESA realizada em 12 de setembro de 2019. A referida política está disponível para consulta no link <a href="https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos">https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos</a>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) , tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (*off balance sheet*).

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (*off balance sheet*).

**(iii) contratos de construção não terminada**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (*off balance sheet*).

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (*off balance sheet*).

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (*off balance sheet*).

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.10 Planos de negócios

### (a) investimentos, incluindo:

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2022	2021	Var. %
Ativo elétrico	895,8	579,7	+54,5%
Obrigações Especiais	188,0	4,3	+4.299,0%
Ativo não elétrico	35,8	12,0	+199,1%
<b>Total de Investimentos</b>	<b>1.119,6</b>	<b>595,9</b>	<b>+87,9%</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora

Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima investir R\$ 913,3 milhões, assim distribuídos:

Valores em R\$ milhões

Ativos Elétricos	Ativos Não Elétricos	(=) Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
R\$ 700,5	R\$ 79,7	R\$ 780,2	R\$ 133,1	R\$ 913,3

Os valores acima foram estimados pela administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 2.1(d) e 2.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 2.1(e) deste Formulário de Referência.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

#### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

## 2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

**(c) novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas***

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

**(ii) *montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Em 2022 foram investidos R\$ 10,3 milhões no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

**(iii) *projetos em desenvolvimento já divulgados***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

**(iv) *montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG**

Em 2022 houve a desativação da Usina Térmica de Guariba, reduzindo a emissão de CO2 em 4,5 toneladas/ano. A Energisa consciente de sua responsabilidade social, promove iniciativas com foco na descarbonização da matriz elétrica brasileira com o compromisso de gerar impacto positivo nas comunidades e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

A Companhia está sujeita à Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro da ESA, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESA em reunião realizada em 12 de maio de 2022 (“Política de Gestão de Riscos”) e ao Manual de Gestão de Riscos da ESA. A Política de Gestão de Riscos pode ser consultado no link <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/60f49a2d-bd8c-4fd9-95ab-bdf833097a83/ab709451-0972-4ada-f29e-4ddf5b0d366d?origin=1>

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Companhia atua com base na Política de Gestão de Riscos, cujo objetivo é definir as diretrizes do modelo de gerenciamento de riscos decorrentes do mercado financeiro adotado pela Companhia, em conformidade com as melhores práticas internacionais, alinhando objetivos estratégicos, e tratando limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados à Companhia e suas sociedades controladas.

A Política de Gestão de Riscos deve ser considerada em conjunto com os demais padrões, normas e procedimentos aplicáveis adotados pela Companhia. Os detalhamentos dos conceitos abordados na Política de Gestão de Riscos estão documentados no Manual de Gestão de Riscos.

O Manual de Gestão de Riscos tem o objetivo de descrever o modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia para monitorar suas atividades, sistemas, processos e controles internos.

**(ii) os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para todos os riscos citados no item 4.1 deste Formulário de Referência, através de um planejamento estratégico criterioso de suas atividades, uma governança estruturada, uma gestão voltada para resultados e a constante melhoria dos seus controles internos.

**(ii) os instrumentos utilizados para proteção**

Os instrumentos utilizados para proteção englobam o planejamento estratégico como um todo, desde a elaboração de procedimentos internos e controles associados que reduzam as incertezas e garantam a execução plena dos planos de negócios, até a realização de seguros para os riscos que eventualmente não possam ser satisfatoriamente mitigados, passando, necessariamente, pela capacitação do seu quadro de colaboradores, bem como a adoção de políticas e normativos que visem garantir a integridade dos negócios.

**• Dificuldade de se obter recursos necessários por meio de suas operações no mercado de capitais ou de financiamento**

A execução da estratégia de investimentos da Companhia depende da disponibilidade de recursos financeiros e um custo de financiamento e prazo atrativo. Cenários macroeconômicos e políticos turbulentos podem afetar a disponibilidade de crédito e afetar a capacidade de investimento da Companhia.

A fim de mitigar os impactos de uma potencial falta de liquidez, a Companhia adota diretrizes que visam assegurar um nível mínimo de caixa, alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, de acordo com a Política de Gestão de Riscos.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Perdas técnicas e/ou perdas comerciais de energia**

O combate às perdas de energia é essencial para assegurar um melhor desempenho financeiro e maior controle sobre as fraudes sofridas pelas distribuidoras de energia. A Companhia incentiva a troca de experiências e pretende elaborar um plano de medidas com ações específicas para assegurar maior eficiência no combate a perdas. Entre algumas ações adotadas, destacam-se:

- Internalização da força de trabalho das equipes de combate às perdas comerciais, para alcançar melhor desempenho e maior produtividade;
- Inspeção em unidades consumidoras;
- Regularização e blindagem de padrões de medição;
- Instalação de telemedições nos consumidores do Grupo A, com o principal objetivo de monitorar em tempo real a qualidade e a integridade das medições;
- Ampliação da atuação do Centro de Inteligência de Controle de Perdas;
- Parcerias com Secretarias de Segurança Pública;
- Substituição de medidores obsoletos; e
- Divulgação nas mídias locais, entre outras.

- **Alterações nas leis, regras, regulamentos e normas aplicáveis às controladas da Companhia, na qualidade de concessionárias de distribuição de energia elétrica**

A presença de um ambiente institucional regulatório robusto permite que o setor elétrico possa se manter atrativo para investidores, com incentivos para o desenvolvimento em condições sustentáveis. Faz parte da premissa da Companhia, considerando suas responsabilidades econômica, social e ambiental, que atue de forma integrada junto ao órgão regulador de forma que minimize os potenciais impactos de alterações na legislação e na área regulatória.

A área regulatória da Companhia atua no sentido de aprimorar a metodologia atualmente vigente. A interlocução se dá por meio de comunicados e da participação ativa em encontros setoriais e discussões de temas regulatórios e políticas públicas na área de energia.

O modelo de gestão regulatória do Grupo Energisa, incorporado pela Companhia, visa a maximização do EBITDA com o aumento da Base de Remuneração Regulatória e controle eficiente de opex e perdas. A gestão regulatória é balanceada com a aplicação eficiente de investimentos nas distribuidoras, com minimização das glosas e baixas do imobilizado. A Companhia busca um patamar eficiente de qualidade de energia (DEC/FEC/compensações) aliado a um nível saudável de custos e despesas operacionais que não impliquem em aumento de perdas e inadimplência.

Algumas medidas recentes em discussão junto à ANEEL têm relação com o tema da sobrecontratação, para compensar o aumento do custo de energia comprada e recompor o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados.

- **Instabilidade na taxa de câmbio**

O Grupo Energisa possui 100% das suas receitas auferidas em território nacional. Entretanto, para aproveitar a liquidez nos mercados externos, com custos de financiamentos e prazos mais atraentes, o Grupo Energisa frequentemente acessa financiamentos em moeda estrangeira amparados pela Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

O Grupo Energisa monitora de perto as condições de mercado e trata com mais conservadorismo as emissões futuras, preferindo optar pela emissão de dívidas e swaps “*plain vanilla*”, sem a venda de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

opções, o que também previne que a Companhia fique exposta a riscos elevados decorrentes da oscilação da taxa de câmbio.

### **(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

O processo de gestão de riscos da Companhia é composto por elementos capazes de identificar, avaliar, monitorar e reportar aos níveis organizacionais aplicáveis quanto aos riscos de negócio inerentes às suas atividades e que afetam seus objetivos estratégicos.

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos estão definidas no Manual de Gestão de Riscos e são apresentadas abaixo:

#### *Comitê de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro*

O Comitê de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro da ESA, tem o objetivo de garantir a eficácia das ações relacionadas à gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro da Companhia e das demais sociedades do Grupo Energisa (“Comitê de Gestão de Riscos de Mercado”), conforme previsto na Política de Gestão de Riscos. De acordo com a Política de Gestão de Riscos, o órgão deve ser composto ao menos por: (i) Vice-Presidente Financeiro da ESA (cargo exercido pelo Diretor Financeiro); (ii) Diretor de Finanças Corporativas da ESA; e (iii) consultor Externo especializado na gestão de riscos, em especial os de caixa e endividamento.

#### *Área de Gestão de Riscos*

A atuação da área de gestão de riscos abrange todas as áreas e unidades organizacionais do Grupo Energisa (“Área de Gestão de Riscos”). Neste sentido, estão sujeitos à atuação da Área de Gestão de Riscos quaisquer áreas, unidades organizacionais ou profissionais que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores da Companhia.

A Área de Gestão de Riscos reporta-se ao Comitê de Auditoria e Riscos, com vinculação funcional à Vice-Presidência Financeira da ESA. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe fiscalizar as áreas, unidades organizacionais e os colaboradores da Companhia com eficiência.

A Área de Gestão de Riscos, em suas atividades técnicas, deve atuar em sintonia com as normas e padrões nacionais e internacionais.

#### *Comitê de Auditoria e Riscos*

O Comitê de Auditoria e Riscos acompanha o processo de gestão de riscos, propondo alterações com vistas à melhoria do monitoramento dos riscos aos quais a Companhia e demais sociedades do Grupo Energisa estão expostas e assegura a efetiva divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações de controle previstas para os riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos atua com independência, autonomia e de acordo com regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da ESA em reunião do dia 18 de janeiro de 2022, sendo suas principais atribuições explicitadas no referido regimento interno. Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos são nomeados pelo Conselho de Administração da ESA.

#### *Gestor de Riscos*

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O gestor de riscos dissemina a cultura de gerenciamento de riscos e os controles internos associados e assegura a eficiência e eficácia do contínuo processo de gestão de riscos. É responsável pela definição das diretrizes gerais de gestão de riscos, pelo monitoramento e reporte do nível de exposição da Companhia e demais sociedades do Grupo Energisa.

### *Analista de Riscos*

O analista de riscos identifica os riscos e controles contidos nos processos e realiza avaliação qualitativa e quantitativa do processo de avaliação de riscos. Tem como responsabilidades principais o suporte aos usuários-chave na identificação de riscos e mapeamento dos controles internos.

### *Gestor de Área*

O gestor de área garante o mapeamento e o monitoramento dos processos, valida com o usuário-chave os riscos identificados em seus processos sob sua responsabilidade e define a estrutura de controles internos para evitar ou minimizar a materialização dos riscos.

### *Usuário-chave*

O usuário-chave identifica e analisa os riscos inerentes às atividades dos processos, define em conjunto com seu gestor de área a estrutura de controles internos e reporta informações à área de gestão de riscos.

### *Gestor de tecnologia da informação*

O gestor de tecnologia da informação constrói e monitora os bancos de dados necessários para a gestão de riscos e assegura que o sistema para suporte a gestão de riscos tenha a funcionalidade necessária para a eficiência e eficácia do processo. Auxilia também as áreas de negócio no desenho de controles internos automatizados.

### **(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração e diversos colaboradores da Companhia monitoram e avaliam, por meios que a Companhia considera adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas pela Companhia e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

Conforme mencionado acima, a Área de Gestão de Riscos possui independência organizacional. Neste sentido, resguardada a autonomia da Área de Gestão de Riscos, é prestado apoio aos gestores no fornecimento de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, com a disponibilização, para fins de consulta, dos papéis de trabalho utilizados e/ou produzidos, incluindo os programas e os elementos comprobatórios respectivos, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

O trabalho de gestão de riscos deve ser executado por profissionais com expertise na área, que tem como princípio avaliar de forma equilibrada as circunstâncias relevantes e apresentar julgamentos sem influência de interesses particulares ou opiniões alheias.

Por fim, a Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

O Manual de Gestão de Riscos abrange todas as empresas e processos do Grupo Energisa, inclusive a elaboração das demonstrações financeiras. A administração da Companhia avalia a eficácia de seus controles internos baseada nos critérios estabelecidos em “Controles Internos – Estrutura Integrada” emitido em 2013 pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Parte dos sistemas de gerenciamento e controle é desenvolvida internamente pela equipe técnica da Companhia, sendo elaborado de forma customizada, adaptada ao setor de distribuição de energia e as necessidades de nossas empresas e áreas de concessão. Considerando a totalidade das aplicações utilizadas pela Companhia, todos os processos críticos da empresa estão automatizados.

Os sistemas da Companhia são divididos em três frentes: administrativos e financeiros (ADMFIN), técnicos e comerciais (TECCOM) e web e mobilidade (WEBMOB).

Os sistemas financeiros estão descritos abaixo:

- SIADP - Aprovação de Documentos e Pagamentos;
- SIAFI - Administração Financeira; e
- SICPG - Contas a Pagar.

Os sistemas financeiros realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo, seguem as integrações dos sistemas financeiros:

- SIACO - Sistemas de acompanhamento orçamentário;
- SICPG - Sistemas de aprovação de pagamentos;
- SIAGO - Sistemas de acompanhamento de obras para o pagamento das notas fiscais das mesmas;
- SIGVC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos com fornecedores;
- SIJUR - Sistemas de gerenciamento de processos jurídicos;
- SISUP - Sistemas de suprimentos consomem informações de credores e dados bancários;
- SICON - Sistemas contábeis para contabilização do pagamento e provisões;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas fiscais para a entrega de dados fiscais a receita;
- SIENF - Sistemas de Emissão e entrada de Notas Fiscais;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas de Geração de Dados Fiscais (obrigações federais, estaduais e municipais);
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamento das aplicações;
- ITC - Pagamento provisionado e realizado para conciliação bancária;
- SIFAR - Sistemas de faturamento para a conciliação bancária;
- ITAU HOST-TO-HOST - Integração com sistemas de envio de arquivos criptografados aos bancos;
- ITC - Sistema Integrado de Tesouraria que incorpora procedimentos funcionais de bancos;
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos de financiamento;
- SIGRH/Rhevolution Sistemas de recursos humanos para pagamento de planos de saúde, bolsas etc.;
- SIADP - Sistemas de folha de pagamento para aprovação e pagamento da folha; e
- SICPG - Envio de arquivo para pagamento dos seguintes bancos: Itaú, CEF, Bradesco e Banese.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Para os sistemas da frente TECCOM, os sistemas comerciais também foram desenvolvidos internamente, utilizando as mesmas tecnologias descritas acima. Abaixo a lista dos sistemas comerciais:

- SIFAR - Faturamento e arrecadação;
- SIAIF - Inspeções e apurações de fraudes;
- SIATT - Atendimento telefônico;
- SIATE - Atendimento a clientes;
- SIAPO - Acompanhamento dos processos da ouvidoria;
- SICAA - Controle de agentes arrecadadores;
- SICCD - Controle de cheques devolvidos;
- SICCI - Controle e cálculo de indenizações;
- SICCO - Consultas comerciais;
- SICDD - Documentos digitais;
- SICDE - Controle de dados elétricos;
- SICMA - Controle de materiais das agências;
- SICNT - Controle de nível de tensão;
- SICOB - Carteira de cobrança;
- SILCO - Leitura de consumo;
- SIMEC - Medidores de consumo;
- SINED - Negociação de dívida;
- SISEG - Controle de seguros; e
- SIWEB - Serviços Web.

Já para os sistemas técnicos, que também fazem parte da frente TECCOM, temos as soluções abaixo que foram adquiridas de parceiros e estão totalmente integradas aos sistemas da Companhia:

- GIS – Cadastro de ativos;
- SGD – Módulo de operação e cálculo de indicadores;
- SGM – Manutenção de ativos da distribuição; e
- TS – Módulo de operação e cálculo de indicadores.

Os sistemas técnicos e comerciais realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo as integrações dos sistemas técnicos e comerciais com outros sistemas/entidades:

- SIJUR - Sistemas de controle de processos jurídicos;
- SIGCO - Sistemas de gestão do capital ótimo;
- SICON - Sistemas de contabilidade;
- SGE - Sistema de acompanhamento da gestão estratégica;
- SGM - Sistemas de manutenção;
- SICEC - Sistema de controle de estoque;
- SIDAF - Sistemas de dados fiscais;
- WMLCO - Sistemas de mobilidade;
- SICAI - Sistema de controle do ativo imobilizado;
- SIADP - Sistema de aprovação de documentos e pagamentos;
- GIS – Cadastro de ativos;
- SGD – Módulo de operação e cálculo de indicadores; e
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Para todos os sistemas dos três grupos citados acima, utiliza-se um *framework* de segurança que é responsável pelo controle de acesso dos usuários. A parametrização do *framework*, bem como a administração das permissões é feita através do Sistema de Gerenciamento da Segurança de Acesso. Este sistema se baseia nas seguintes premissas:

- a) Nenhuma aplicação consegue acessar as bases de dados senão através do *framework* de segurança (somente ele tem domínio sobre usuário e senha dos bancos);
- b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas, prioritariamente, a grupos de usuários, conforme o perfil e a função dos usuários; e
- c) Cada sistema tem um usuário-chave, responsável pela inclusão e modificação dos usuários nestes grupos de acesso.

A Companhia estabeleceu os responsáveis por cada sistema para centralizar as atividades relacionadas à administração de usuários e recursos nos ambientes corporativos sob sua responsabilidade (chamado de “usuários-chave”). Além desta responsabilidade, o usuário-chave é responsável por conceder perfis de acesso, aprovar as alterações e manutenções no sistema pelo qual é responsável.

Adicionalmente, a Companhia define, também, o usuário de apoio, que poderá substituir o usuário-chave na administração dos acessos, conforme necessidade.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de tecnologia da informação do Grupo Energisa, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

### **(b) as estruturas organizacionais envolvidas**

As unidades de negócio da Companhia são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Os órgãos e áreas responsáveis que estão diretamente envolvidos na estrutura de gerenciamento de controles internos estão elencados abaixo.

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos da ESA:

- Aconselhar o Conselho de Administração, na contratação, remuneração retenção, destituição de entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar, previamente à análise do Conselho de Administração, as demonstrações contábeis anuais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- Analisar, naquilo que couber, os trabalhos das auditorias independentes e internas;
- Propor ao Conselho de Administração os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à

## 5.2 Descrição dos controles internos

Energisa, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação (Canal de Denúncia);

- Recomendar, à administração, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração; e
- Elaborar a cada trimestre relatório sobre as atividades exercidas.

Dentro de cada Área de Negócio, existe um Gestor e Usuário-chave, que possuem as seguintes responsabilidades:

- Identificar e assumir riscos associados às decisões tomadas;
- Fornecer os recursos necessários para assegurar a descrição da origem de risco, diretriz de controle, definição de aspectos relevantes, descrição e implementação dos planos de ação e monitoramento das operações;
- Observar os limites de tolerância/ apetite validado pela Alta Administração;
- Efetuar o mapeamento dos processos de negócio para identificar a estrutura de controles internos da área para mitigação dos riscos; e
- Enviar as informações à área de Gestão de Riscos para atendimento aos indicadores de riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos possui as seguintes responsabilidades:

- Aplicar a Gestão de Riscos de forma eficiente e aderente aos requerimentos do Grupo Energisa e de órgãos reguladores;
- Coordenar o processo de avaliação de riscos da área, observando a metodologia e o cronograma definidos;
- Estabelecer as políticas de riscos, estrutura de governança, padrões e mecanismos de reporte de informações para facilitar o efetivo gerenciamento integrado de riscos;
- Definir os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos;
- Prover as informações concisas e análises para o Comitê de Riscos para avaliar, analisar e agir nos riscos;
- Desenvolver as estratégias de gerenciamento integrado de riscos;
- Disseminar os conceitos e a cultura de gerenciamento de riscos para todo o Grupo Energisa;
- Definir, em conjunto com o Usuário Chave, Gestor de Processos e Alta Administração, os limites de tolerância e apetite ao risco;
- Reporta ao Comitê de Riscos o andamento do processo de Gestão de Riscos;
- Informa a Alta Administração sobre o nível de riscos ao qual o Grupo e a unidade estão expostos, considerando o apetite definido; e
- Capacita e orienta os demais colaboradores para que estes executem adequadamente suas atividades no processo de Gestão de Riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos, em conjunto com o Especialista de Riscos, possui as seguintes atribuições:

- Revisar a avaliação de riscos, efetuada pelas áreas de negócio;
- Auxiliar na definição de limites de exposição a riscos;
- Certificar-se do adequado funcionamento da Gestão de Riscos;
- Elaborar o questionário de auto avaliação de capacidade de gerenciamento de riscos do Grupo;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Auxiliar na definição de ações para mitigação de riscos;
- Atualizar o Portfólio de Riscos, o Modelo de Classificação de Processos e o Modelo de Valor ao Acionista, observando os padrões e objetos definidos na metodologia;
- Realizar o sumário de avaliação de riscos (considerando impacto e vulnerabilidade);
- Elaborar os treinamentos específicos relacionados à Gestão de Riscos;
- Definir os indicadores de risco em conjunto com os gestores;
- Monitorar a adequada conformidade das atividades e processos com as políticas corporativas;
- Monitorar a adoção e manutenção de boas práticas de governança corporativa; e
- Verificar a efetividade dos controles internos através de testes específicos.

A Área de Gestão de Riscos e as Áreas de Negócio (Usuários-chave e Especialista de Riscos) trabalham em conjunto no sentido de assegurar as seguintes atribuições:

- Identificar os riscos que podem ser monitorados considerando o grau de exposição e disponibilidade de informações;
- Quantificar os riscos identificados;
- Definir as estruturas de controles internos necessária para mitigação dos riscos; e
- Atualiza continuamente a documentação da análise de riscos corporativos do Grupo, considerando o vínculo com os processos de negócio, visando reduzir os custos associados a riscos não controlados.

A Área de Tecnologia da Informação possui as seguintes atribuições:

- Auxiliar a área de negócios e a área de gestão de riscos na definição de controles automatizados para otimização dos processos e mitigação de riscos;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas que suportem a gestão de riscos;
- Estruturar o banco de dados para a Gestão de Riscos; e
- Implementar as interfaces com os demais sistemas para obtenção dos dados.

**(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos, que inclui a supervisão dos controles internos, são definidas no Manual de Gestão de Riscos, aplicável a todas as companhias do Grupo Energisa, cujo detalhamento é informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Os principais cargos da alta administração envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras são: (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) Diretor Corporativo Contábil Tributário e de Patrimônio; (iii) Assessor Corporativo Contábil de Controle; e (iv) Gerente de Relações com Investidores.

A administração da Companhia entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria é apropriado nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.



## 5.2 Descrição dos controles internos

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Na comunicação de deficiências de controles internos dos exercícios de [2022] da Companhia, foi apontada pelos auditores independentes deficiência significativa de (i) controles internos relacionados aos processos de gestão de acessos à aplicações e sistemas.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração da Companhia entende que as deficiências nos controles internos apontadas no relatório de [2022] descrito acima não impactaram o parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras do referido exercício social e esclarecem que estão tomando medidas específicas para o item mencionado acima com o intuito de mitigar os riscos existentes e adotar as melhorias sugeridas pelos auditores independentes. Destacamos que para o ponto (i) a área de TI procederá com mudanças internas no seu processo de gestão de acessos bem como reavaliará a distribuição de responsabilidades acerca da supervisão deste processo que deverá ser centralizada e supervisionada pelo departamento de TI.

### 5.3 Programa de integridade

**(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

A Companhia adota o mesmo conjunto de estruturas, procedimentos e práticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos da ESA, o qual engloba todo o Grupo Energisa. Tal conjunto inclui, entre outros elementos: (i) Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"); (iii) Comitê de Ética ("Comitê de Ética"); (iv) Comitê de Auditoria e Riscos ("Comitê de Auditoria"); (v) Política de Operações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação"); (vii) gestão de riscos e auditoria, com o mapeamento de processos críticos e de integridade; (viii) auditoria de fornecedores; (ix) auditoria de partes relacionadas; (x) Programa de Integridade; e (xi) canal de denúncias de irregularidade.

Além disso, as práticas de integridade da Companhia prezam pelos seguintes princípios gerais:

- Transparência e ética nos negócios, através de boas práticas de governança corporativa, razão pela qual se disponibiliza aos interessados um canal de denúncias ("Canal de Denúncias"), conforme previsto no Código de Ética e Conduta, para o relato de irregularidades;
- Repúdio à prática de denúncias vazias, irresponsáveis, conspiratórias ou vingativas, e valorização de denúncias quando a pessoa denunciante tenha conhecimento dos fatos, dados ou situações irregulares envolvendo a Companhia;
- A Companhia deve envidar todos os esforços necessários no sentido de apurar a denúncia apresentada, no limite de sua competência e responsabilidade, no menor prazo possível, sem, todavia, assumir, *a priori*, qualquer responsabilidade quanto a eventuais perdas diretas ou indiretas que possam ter sido provocadas pelos fatos narrados na denúncia, salvo os casos de culpa objetiva da respectiva empresa;
- Em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, em nenhuma instância se pode aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade da Companhia, formule uma denúncia;
- Toda informação relacionada a uma denúncia de irregularidade deve ser tratada de forma confidencial e restrita, evitando-se, assim, sua divulgação indevida. O acesso à informação relativa a uma denúncia deve ser limitado às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo. Todos os documentos relativos a uma denúncia de irregularidade devem receber o título de CONFIDENCIAL;
- Qualquer pessoa que receba por engano uma informação confidencial relativa a uma denúncia de irregularidade não deve divulgar ou copiar a referida informação, por nenhum meio ou forma, bem como deve apagar imediatamente a referida informação, bem como informar tempestivamente a denúncia ao Comitê de Ética;

### 5.3 Programa de integridade

- Toda informação sobre uma denúncia de irregularidade deve ser centralizada no Comitê de Ética, que é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação nas esferas e níveis cabíveis;
- A denúncia de irregularidade que possa ser considerada ato ou fato relevante deve ser direcionada ao Diretor de Relações com Investidores, que deve tomar providências para que o significado e importância da denúncia sejam analisados pelo Comitê de Divulgação, de acordo com as regras previstas em seu Regimento Interno;
- É dever de todo cidadão/cidadã denunciar qualquer irregularidade ou violação ao princípio universal da legalidade, razão pela qual as denúncias podem ser feitas por empregados próprios, pessoal terceirizado, clientes, fornecedores de materiais ou serviços, administradores, acionistas ou qualquer outro terceiro interessado; e
- O Canal de Denúncias não deve ser confundido com um serviço do tipo 190 (Polícia) ou de emergência. Em função disso não deve ser usado para relatar eventos que apresentem ameaça imediata à vida ou à propriedade, uma vez que esses eventos podem não receber uma resposta imediata. Se a pessoa interessada precisar de assistência emergencial deve contatar as autoridades constituídas.

Não há exigência formal de reavaliação periódica dos riscos e das práticas de integridade da Companhia.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados no website de relações com investidores da ESA: <https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-energisa/>.

***(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

O Comitê de Ética é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação de irregularidades nas esferas e níveis cabíveis do Grupo Energisa. O Comitê de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da ESA e sua atuação é estendida e aplicável à Companhia e às demais sociedades do Grupo Energisa

O Comitê de Ética atua com independência, autonomia e de acordo com regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração da ESA, sendo que suas principais atribuições estão explicitadas no referido regimento interno. Os membros do Comitê de Ética são nomeados pelo Conselho de Administração da ESA.

Destaca-se ainda que o Comitê de Auditoria é periodicamente informado sobre as atividades do Comitê de Ética.

***(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

A Companhia está sujeita ao Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da ESA, e que dita regras e políticas relacionadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

### 5.3 Programa de integridade

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

As regras, procedimentos e práticas previstas no Código de Ética e Conduta devem ser observadas por todos os colaboradores da Companhia, incluindo sócios, conselheiros e diretores, e/ou por pessoas naturais e/ou jurídicas com quem a Companhia mantenha relação comercial.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

No Código de Ética e de Conduta, a Companhia se compromete a analisar as violações e determinar a adoção de medidas disciplinares de acordo com sua gravidade, utilizando como referência as normas internas do Grupo Energisa. A aplicação de medidas disciplinares é definida pelo Comitê de Ética, conforme estabelecido em seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da ESA.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A atual versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESA em 11 de agosto de 2022 e encontra-se disponível para consulta no seguinte endereço: <https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-energisa/>.

**(b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:**

A Companhia dispõe de um Canal de Denúncias para receber demandas internas e externas referentes aos seguintes temas principais: (i) infrações ao Código de Ética e Conduta; (ii) qualquer ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração em documentos e registros da Companhia, inclusive contábeis, e nas demonstrações financeiras; (iii) práticas indevidas e contrárias aos normativos legais e estatutários vigentes, registro de transações sem comprovação, omissão dos registros, apropriação indébita de ativos e manipulação de documentos e registros em geral que modifiquem ativos, passivos e resultados da Companhia; (iv) qualquer ação ou omissão pela qual alguém procure obter vantagem direta ou indireta, omitindo um ativo, uma obrigação, ou causando determinada perda a pessoas físicas ou jurídicas; e (v) todo e qualquer fato que requeira a atenção da administração ou possibilite informação distorcida ao mercado, investidores, proprietários, clientes, credores ou qualquer outra parte interessada, no que tange à realidade da Companhia.

**(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia e as demais sociedades do Grupo Energisa dispõem de canal de denúncias próprio, operado por colaboradores do Grupo Energisa.

**(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para todas as pessoas que queiram fazer algum tipo de denúncia, reclamação ou sugestão, o que engloba colaboradores próprios, terceirizados, clientes, fornecedores, parceiros e o público em geral.

**(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

### 5.3 Programa de integridade

Todas as informações relacionadas a uma denúncia de irregularidade são tratadas de forma confidencial e restrita, limitando-se às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo.

Adicionalmente, em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, a Companhia não pode, em nenhuma instância, aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa-fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade da Companhia, formule uma denúncia.

**(iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias***

As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética.

**(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais, que sejam do conhecimento da Companhia.

**(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista as práticas e procedimentos descritos neste item 5.3.

## 5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

## 5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.